

Relatório Anual

*Rede Federal de Fiscalização
do Programa Bolsa Família
e do Cadastro Único*



Créditos

Secretaria-Geral da Presidência da República

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Secretaria-Executiva (SE)

Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGICAD)

Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC)

Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS)

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Controladoria-Geral da União

Advocacia-Geral da União

Projeto Gráfico e Diagramação
Assessoria Especial de Comunicação Social (ASCOM/MDS)

Luiza Martins da Costa Vidal

Fotografias
Assessoria Especial de Comunicação Social (ASCOM/MDS)

© 2024



Relatório Anual

Dezembro de 2024

Sumário

Introdução	6
Plano de Ação 2024	10
Detalhamento das Atividades da Rede Federal	11
Articulações e Entregas das Ações da Rede Federal	23
Conclusão	34
Agradecimentos	36
Calendário Oficial de Reuniões Ordinárias e Extraordinárias	38
Legislação da Rede Federal	40
Catálogo de Notícias da Rede Federal de Fiscalização	41
Catálogo de Imagens da Rede Federal de Fiscalização	47



Introdução

A Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico foi criada a partir do artigo 13 da Lei nº 14.601/2023, de 19 de junho de 2023, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), regulamentada pelo Decreto nº 11.762/2023, de 30 de outubro de 2023, e representa um esforço interministerial e intersetorial, envolvendo o Governo Federal na tarefa de monitoramento dos referidos programas, conforme a composição abaixo:

- **Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), através dos seguintes órgãos:**
Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC) e da Secretaria Nacional de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGICAD).
- **Advocacia-Geral da União (AGU).**
- **Controladoria-Geral da União (CGU).**
- **Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).**
- **Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR).**

O objetivo da Rede é aprimorar e qualificar o Cadastro Único (CadÚnico) e o Programa Bolsa Família (PBF) e, com isso, expandir o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade social a este programa e aos demais Programas Sociais do Governo Federal.

Dentre as suas diretrizes, elegeu-se a não criminalização da pobreza; a evolução do cruzamento de dados e ampliação de bases; a realização de ações estruturantes de combate a fraudes, inclusive cibernéticas;

cas; a estruturação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nos estados, no Distrito Federal e nos municípios; e a transparência e comunicação com a sociedade.

Seu foco de atuação está na gestão pública, em seu sentido mais amplo, entendendo seus gargalos — inclusive orçamentários — e as suas possibilidades de superação, e não, de forma generalizada e individualizada, na fiscalização dos beneficiários das políticas sociais de grande vulto.

Em outubro, a Rede completou um ano de criação, consolidando-se como um marco no fortalecimento da transparência e da eficiência na gestão pública. Este período foi caracterizado por muito trabalho, dedicação e avanços significativos, enfrentando desafios relevantes que impulsionaram a busca por soluções inovadoras e reafirmaram o compromisso com a integridade do Cadastro Único e dos programas sociais, especialmente do Bolsa Família.

Esse primeiro ano reflete a soma de esforços de todos os envolvidos, evidenciando o papel estratégico da cooperação entre os diferentes níveis de governo para assegurar os direitos das famílias beneficiárias e a eficácia das políticas públicas. Esse é apenas o início de uma trajetória que busca resultados cada vez mais expressivos em benefício da sociedade.

Durante esse período, a Rede ampliou as parcerias interinstitucionais e promoveu oficinas e ações de inteligência para aperfeiçoar o controle e a segurança dos programas sociais. As ações de combate



às fake news, principalmente as que afetam a credibilidade e o funcionamento do PBF e do CadÚnico, foram intensificadas, com estratégias de contrainformação e conscientização direcionadas ao público beneficiário.

A criação da Cartilha de Condutas Vedadas aos Agentes Públicos do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único também foi uma iniciativa de destaque, reforçando o Programa Bolsa Família e o Cadastro Único como políticas de Estado e que devem estar imunes a qualquer tipo de pressão eleitoral.

Além disso, estudos de novas tecnologias começaram a ser aprofundados no âmbito das instituições que compõem a Rede. No futuro, pretende-se incorporá-las às possíveis atividades de fiscalização, o que pode representar um avanço importante para o reforço da segurança digital diante do crescimento das fraudes cibernéticas.

Esse relatório reúne os principais resultados obtidos, as iniciativas de destaque, oferecendo uma visão completa das atividades desenvolvidas e dos avanços alcançados ao longo do Plano de Ação de 2024, marcado pela colaboração entre as diversas esferas governamentais e por intensos esforços voltados ao aprimoramento dos processos de fiscalização, combate a fraudes e desinformação.



Plano de Ação 2024

» Ação 1

Construção do Plano de Comunicação da Rede

» Ação 2

Implantação de Unidade de Pesquisa Estratégica e Gestão de Riscos

» Ação 3

Proposta de melhoria da qualidade da base de dados

» Ação 4

Contribuição e avaliação dos termos de adesão

» Ação 5

Cronograma de averiguações e auditorias

» Ação 6

Averiguação de irregularidades e petição ao TCU

» Ação 7

Fluxo de denúncias

» Ação 8

Comunicação externa

Grupos Técnicos

◦ GT 1

Redução de litigiosidade

◦ GT 2

Orçamento, fiscalização e estruturação do SUAS

Detalhamento das Atividades da Rede Federal

Desde a publicação do **Decreto nº 11.762**, de 30 de outubro de 2023, que regulamenta a Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único, foram realizadas diversas atividades para a discussão e elaboração do Plano de Ação para o ano de 2024, de forma que pudesse atender às expectativas dos órgãos e estivesse alinhado aos objetivos da Rede.

No dia 20 de dezembro de 2023, ocorreu a **Primeira Reunião Ordinária** da Rede Federal, cujo foco principal foi a discussão do Plano de Ação que direcionaria todas as atividades para o ano vindouro, nos moldes do artigo 6º do Decreto nº 11.762/2023.

Posteriormente, em 15 de março de 2024, foi publicada a **Portaria MDS nº 969**, que aprovou o **Plano de Ação da Rede Federal** e apresentou ações coordenadas por membros específicos da Rede Federal, os quais são responsáveis pelo seu desenvolvimento, quais sejam:

» **Ação 1: Construção do Plano de Comunicação da Rede**

Essa ação visa **divulgar um novo modelo de fiscalização para os programas sociais**, a partir de uma vertente de trabalho preventivo, conjugada com ações de promoção de boas práticas. Sob a ótica da Rede, a fiscalização buscará coibir fraudes, principalmente, as cibernéticas, sem criminalizar a pobreza e por meio de estratégias de fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Ademais, a Ação é gerenciada pelos titulares responsáveis pela coordenação da Rede e é apoiada pela Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR), pela Controladoria-Geral da União (CGU) e pela Assessoria de Comunicação do MDS (ASCOM/MDS), além das Assessorias de Comunicação dos outros ministérios membros.

» **Ação 2: Implantação de Unidade de Pesquisa Estratégica e Gestão de Riscos**

A proposta da Rede é a **implantação dessa unidade dentro da estrutura do MDS para monitorar movimentações atípicas**, identifi-

cando possíveis crimes cibernéticos, bem como, supostas quadrilhas, os quais poderão ser verificados a partir de metodologias de gestão de risco com comprovada efetividade, em colaboração com órgãos que disponham de unidades assemelhadas em suas estruturas funcionais. A ação é coordenada pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e apoiada pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC/MDS), pela Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGICAD/MDS), pela Subsecretaria de Planejamento Orçamento e Governança (SPOG/MDS) e pela Controladoria-Geral da União (CGU).

» **Ação 3: Melhoria Conjunta das Bases de Dados**

Por meio de estudos de **mapeamento, aperfeiçoamento, hierarquização e priorização das bases de dados**, busca-se a melhoria conjunta dessas informações. É coordenada pela Controladoria-Geral da União (CGU) com o apoio do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC/MDS), da Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGICAD/MDS), Subsecretaria de Tecnologia da Informação (STI/MDS), e da Assessoria Especial do Controle Interno (AECI/MDS).

» **Ação 4: Contribuição e Avaliação dos Termos de Adesão**

Pretende-se estabelecer **novos marcos fiscalizatórios do Programa Bolsa Família e do CadÚnico**, junto aos entes federados, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS – Lei nº 8.742/1993), da Lei nº 14.601/2023 e da Resolução CNAS nº 15/2014. A Ação é coordenada pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC/MDS) com o apoio da Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR), da Controladoria-Geral da União (CGU), da Advocacia-Geral da União (AGU), da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS/MDS) e da Consultoria Jurídica do MDS (CONJUR/MDS).

» **Ação 5: Cronograma de Averiguações e Auditorias**

O objetivo da ação é o alinhamento das atividades de fiscalização por meio de uma proposta de **integração entre os calendários de Averiguação e Auditorias do MDS e CGU**. Essa ação é coordenada

pela Controladoria-Geral da União (CGU) e conta com o apoio do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), da Sub-secretaria de Tecnologia da Informação (STI/MDS), da Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGICAD/MDS), a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC/MDS), e da Assessoria Especial do Controle Interno (AECI/MDS).

» **Ação 6: Averiguação de Unipessoais e Petição ao TCU**

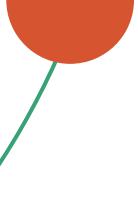
O foco é o tratamento dos indícios de **irregularidades no processo de cadastramento e de atualização cadastral**, no período do segundo semestre de 2022, além de continuar o monitoramento dos cadastros de unipessoais pelas ações já em andamento. A ação é coordenada pela Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGICAD/MDS) e conta com apoio da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC/MDS), da Consultoria Jurídica do MDS e da Assessoria Especial do Controle Interno (AECI/MDS).

» **Ação 7: Fluxo de Denúncias**

A ação visa apoiar a elaboração de **fluxo integrado do Governo Federal para tratamento de irregularidades e fraudes no Cadastro Único e no Programa Bolsa Família**, com o intuito de tornar mais céleres os processos de identificação e mitigação de riscos, contribuindo para otimizar as ações de monitoramento e medidas sancionatórias pertinentes. A Ação é coordenada pela Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGICAD/MDS), e conta com o apoio da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC/MDS), da Consultoria Jurídica do MDS, da Assessoria Especial do Controle Interno (AECI/MDS), da Advocacia-Geral da União (AGU) e da Controladoria-Geral da União (CGU).

» **Ação 8: Comunicação Externa**

Informar estados, Distrito Federal, municípios, órgãos de fiscalização e controle social sobre as ações da Rede Federal, por meio de ações de comunicação oficial, como informes e ofícios. Essa ação é coordenada pela Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGICAD/MDS) e conta com o apoio da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC/MDS), da Secretaria Na-



cional de Assistência Social (SNAS/MDS) e da Assessoria de Comunicação (ASCOM/MDS).

O Plano de Ação da Rede Federal também contempla dois grupos técnicos, o **Grupo Técnico de Redução de Litigiosidade (GT 1)** e o **Grupo Técnico de Orçamento, Fiscalização e Estruturação do SUAS (GT 2)**.

O GT 1 visa discutir a diminuição de prazo de eventuais demandas que possam ser judicializadas para que, assim, os beneficiários levem menos tempo para acessar os benefícios sociais, promovendo também o levantamento de dados e demais parcerias, de forma a contribuir para a ampliação do acesso a direitos. Esse grupo é coordenado pela Advocacia-Geral da União (AGU) e conta com o apoio da Consultoria Jurídica do MDS e da Defensoria Pública da União (DPU).

Por sua vez, **o GT 2 destina-se à promoção de estratégias para impulsionar o investimento público na Assistência Social nos estados, no Distrito Federal e nos municípios**, com fins de ampliar o monitoramento dos programas e do próprio Cadastro Único. O grupo é coordenado pela Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS/MDS) e conta com o apoio da Subsecretaria de Planejamento Orçamento e Governança (SPOG/MDS) e da Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGICAD/MDS).

Desde a sua criação, a Rede Federal realizou cinco Reuniões Ordinárias. A primeira aconteceu em 20/12/2023, a segunda em 05/03/2024, a terceira em 11/06/2024, a quarta em 10/09/2024 e a quinta, em 10/12/2024. Neste período, também ocorreram quatro Reuniões Extraordinárias, em 02/02/2024, no dia 27/03/2024, em 30/09/2024, e 27/11/2024.

Concomitantemente, foram realizadas reuniões específicas das ações, lideradas pelos membros coordenadores e pelos órgãos de apoio, que desencadearam uma variedade de atividades e de articulações que visam a adoção de estratégias para qualificar as políticas públicas acompanhadas por esta Rede Federal. Portanto, entre dezembro/23 e dezembro/24, foram realizadas **173 (cento e setenta e três) reuniões envolvendo as atividades da Rede Federal**.

No primeiro semestre de 2024, conforme enunciado pela Ação 1 - Construção do Plano de Comunicação, a Rede Federal foi apresentada à população brasileira por meio de entrevistas em programas de rádios e através de publicações de matérias jornalísticas que difundiram notícias sobre sua criação¹.

Nesse sentido, a Rede Federal foi divulgada em três entrevistas com alcance nacional, sendo duas por meio da Empresa Brasil de Comunicação – EBC e uma entrevista no Jornal da CBN, e uma entrevista em âmbito estadual, para o Programa Jornalístico Nossa Voz, da Rádio Grande Rio FM do município de Cabrobó/PE.

A Rede também foi divulgada pelo Canal do Governo Federal por meio do Programa Fala MDS, onde tivemos a oportunidade de sermos ouvidos por milhões de brasileiros. A entrevista está disponível em várias plataformas digitais, também aqui <https://www.youtube.com/watch?v=LqCdvsVadMk>.

Foram inúmeras notícias publicizadas em sites que versavam sobre a sua criação, propagando o esforço interministerial de expandir o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade social ao Programa Bolsa Família e aos demais Programas Sociais do Governo Federal, além da identificação de outras tópicas associadas ao tema, quais sejam: Plano de ação, estratégias de fiscalização, uso de inteligência de dados na fiscalização e controle e transparência nas políticas sociais.

¹ **Governo cria órgão para fiscalizar o Bolsa Família e Cadastro Único** (<https://www.poder360.com.br/governo/governo-cria-orgao-para-fiscalizar-bolsa-familia-e-cadunico/>);

Decreto regula rede de fiscalização do Bolsa Família e do CadÚnico (<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/10/31/decreto-regula-rede-de-fiscalizacao-do-bolsa-familia-e-do-cadnico.ghtml>);

Governo Lula implementa ações para fiscalizar a base de dados do Bolsa Família e CadÚnico (<https://diariodegoias.com.br/governo-lula-implementa-acoes-para-fiscalizar-a-base-de-dados-do-bolsa-familia-e-cadunico/420275/>);

Bolsa Família 2024: Inteligência Artificial será usada para revisar cadastros (<https://www.blogdovestibular.com/beneficios-sociais/bolsa-familia-2024-inteligencia-artificial-sera-usada-para-revisar-cadastros.html>).

Ainda sobre o tema comunicação, foram criados uma logomarca e um slogan, os quais foram discutidos e validados por seus membros, refletindo a tônica do trabalho desenvolvido. Além disso, foi criada, também, uma página no site do MDS, que traz informações sobre composição, objetivo, diretrizes, normativos, Plano de Ação e notícias.

Com a intenção de construir uma estratégia conjunta de comunicação, visando a definição de fluxos e procedimentos relativos às questões da Rede Federal, foram realizados encontros entre as assessorias de comunicação dos órgãos componentes, para alinhamentos e ampla divulgação de suas ações, resultando, ainda, na proposta, para o segundo semestre, da criação de página da Rede Federal em cada um dos sítios eletrônicos dos Ministérios participantes, com *link* de acesso ao site do MDS, que contém as informações sobre o tema.

Em complemento à Ação 1, com o objetivo de difundir e cumprir o que estabelece a Ação 8, denominada “Comunicação Externa”, a Rede Federal enviou ofício para estados e municípios, exceto para as cidades do Rio Grande do Sul, tendo em vista a situação de calamidade pública que assolou aquele estado.

O documento, que convida prefeituras, secretários, gestores, técnicos e a sociedade civil a se unirem à Rede no combate a fraudes e na ampliação do acesso aos programas sociais, foi elaborado com o apoio da Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGICAD/MDS), da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC/MDS) e da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS/MDS). O envio foi feito por meio de *mailing list* dos públicos para os quais a correspondência seria direcionada, em especial aos trabalhadores do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família (PBF).

De acordo com o mapeamento realizado pela Rede Federal, **o ofício foi enviado para 5.098 (cinco mil e noventa e oito) endereços eletrônicos**, sendo que, apenas 8,5% do total retornou com alguma mensagem de erro. Ainda sobre a apresentação da Rede à população brasileira, foram enviadas 5.066 (cinco mil e sessenta e seis) mensagens pelo aplicativo WhatsApp, por meio do canal oficial no MDS, **sendo que 86,97% obtiveram efetividade na entrega.**

Em paralelo, registra-se que foi elaborado documento de “**Perguntas e Respostas**” sobre a Rede Federal, para subsidiar a Ouvidoria do MDS no esclarecimento das demandas que chegam ao Ministério, por meio dos seus canais de atendimento.

Com o propósito de dialogar com gestores e o controle social, foram realizadas, no mês de abril, reuniões com representantes do Fórum Nacional de Secretários (as) de Estado da Assistência Social (FONSEAS), com o Colegiado Nacional de Gestores (as) Municipais de Assistência Social (CONGEMAS) e com o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), como uma oportunidade para apresentar a Rede Federal e alinhar ações previstas no seu âmbito, além de receber sugestões para o aprimoramento dos trabalhos.

Em meados de junho, por sua vez, a Rede Federal foi apresentada ao Pleno do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), estreitando definitivamente a sua relação com o controle social do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Nesse período, a Rede Federal também elaborou documento oficial que visa tratar sobre os indícios de irregularidades no processo de cadastramento e de atualização cadastral, no período do segundo semestre de 2022, tendo sido, inclusive, protocolado junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), em maio de 2024, após aprovação dos membros da Rede.

Na Petição, a Rede Federal solicitou o apoio daquele Egrégio Tribunal no que tange ao tratamento de comportamento anormal verificado no segundo semestre de 2022, bem como, no que toca à colaboração para futuros aprimoramentos, intercâmbio de informações e de conhecimento no uso da tecnologia da informação, por intermédio do Laboratório de Informações de Controle – LabContas, para o aperfeiçoamento dos processos de monitoramento da qualidade dos dados cadastrais e identificação de indícios de irregularidade.

Na primeira semana de julho, ocorreu o lançamento da “**Cartilha de Condutas Vedadas aos Agentes Públicos do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único durante o período eleitoral**”.

A cartilha é uma ferramenta de orientação aos agentes públicos sobre as condutas vedadas durante o período eleitoral, com o objetivo de garantir a lisura das eleições e o respeito à legislação eleitoral. A publicação se debruça sobre o período do Defeso Eleitoral, detalha quem se configura como agente público para fins eleitorais, elucida o uso dos recursos do Índice de Gestão Descentralizada (IGD), entre outras orientações.

Atentos ao seu papel regimental, considerando a relevância da metrópole de São Paulo no processo de cadastramento e na inclusão de beneficiários do Programa Bolsa Família, e a reconhecida necessidade e importância da parceria entre os entes federativos, a Rede Federal realizou uma agenda de atividades em São Paulo/SP, nos dias 13 e 14 de junho de 2024.

A programação contou com a realização de reuniões com a Secretaria Municipal de Assistência Social, com a Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo, com os Conselhos de Assistência Social do município e do estado e com representantes de movimentos sociais diversos. Nesse período, também aconteceram reuniões de apresentação e alinhamento com os Gestores e Coordenadores estaduais do Programa Bolsa Família e do CadÚnico.

Considerando a participação social como fundamental na construção e no aprimoramento das políticas públicas, estiveram presentes no encontro representantes do MOVER Helipa, do Fórum Estadual de Trabalhadoras e Trabalhadores do SUAS de SP (FETSUAS-SP), da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) representada pela Professora Doutora Alidaíza Sposati, do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Embu das Artes, da Central de Movimentos Populares (CMP), do FICA, do Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo (CRESS 9ª Região), do Gabinete do Deputado Estadual Eduardo Suplicy e da Ação Social Franciscana (SEFRAS).

Em síntese, nos encontros foram abordados os seguintes assuntos: a melhoria na estrutura de atendimento do Cadastro Único; a ampliação e capacitação dos recursos humanos que atuam no Cadastro; as dificuldades na utilização dos recursos do IGD; o financiamento e orçamento da Assistência Social; a desinformação sobre o Cadastro Único e o Bolsa Família; a centralidade do Cadastro Único para outros programas e políticas;

a padronização dos atendimentos do Cadastro Único na rede socioassistencial; e o uso da inteligência artificial e ampliação dos cruzamentos de bases de dados para evitar deslocamentos desnecessários dos usuários às unidades da rede socioassistencial, nos casos de averiguação cadastral.

Com a publicação do Decreto n. 12.099, de 4 de julho de 2024, que altera a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança do MDS, demos um passo fundamental para concretizar a Ação 2. Por meio da Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGICAD/MDS), agora o MDS conta com uma Coordenação de Gestão de Risco do Cadastro Único. No mesmo decreto, foram delegadas novas competências ao Departamento de Resolução de Auxílios Descontinuados, sob o comando da Diretora Érica Feitosa, conferindo maior organicidade para o departamento que passou a se chamar Departamento de Resolução de Auxílios Descontinuados e Apoio à Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e Cadastro Único (DARE).

Outro importante marco na atuação da Rede, foi o estreito relacionamento com a Associação dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON), com vistas à colaboração mútua em iniciativas de prevenção, fiscalização e de combate a fraudes no Programa Bolsa Família e no Cadastro Único.

Impulsionados pelo Acordo de Cooperação Técnica nº 1/2024, assinado em fevereiro de 2024, sob a gestão da Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGICAD/MDS), que tem por objetivo o intercâmbio de dados, de informações e de conhecimentos relacionados ao Cadastro Único (CadÚnico), no âmbito dos Tribunais de Contas brasileiros, a Rede Federal realizou tratativas junto à ATRICON objetivando a mobilização dos Tribunais de Contas para adesão ao Acordo.

Atualmente, **29 Tribunais de Contas** assinaram os termos de adesão ao citado Acordo, a saber: TCEs: AC, AL, AP, BA, CE, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PB, PE, PI, PR, RJ, RR, RN, RO, SC, RS, SE, TO, TC-DF, TCU, TCM-BA, TCM-GO, TCM-PA, TCM-SP.

A parceria com os Tribunais de Contas prevê o compartilhamento de dados e informações entre os Tribunais de Contas e o MDS, permitindo uma

análise mais aprofundada dos dados do Cadastro Único e a identificação de possíveis irregularidades. Além disso, os Tribunais de Contas poderão atuar em conjunto com os Conselhos Municipais de Assistência Social para fortalecer a fiscalização local.

Nesse sentido, estiveram em encontro realizado em Foz do Iguaçu/PR, servidores do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), membros da Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único (RFBC) e da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON), que debateram uma estratégia para intensificar a fiscalização da gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único.

Em busca da consolidação das atividades previstas na Ação 4 da Rede, destaca-se a publicação da **Portaria MDS nº 1.030/2024**, que institui os instrumentos e procedimentos necessários à Adesão, dos Municípios, dos Estados e do Distrito Federal ao Programa Bolsa Família e ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

A adesão é um procedimento realizado pelos gestores municipais para reconhecer os compromissos em relação ao Programa Bolsa Família e ao Cadastro Único. Nos Municípios, isso envolve cadastrar e atender diretamente as famílias, informando-as sobre seu cadastro e benefícios, resolver problemas e esclarecer dúvidas e ainda acompanhar o cumprimento das condicionalidades exigidas.

Esse atendimento é feito pelas equipes que trabalham nos CRAS, nos Postos do Cadastro Único e em outras unidades da Assistência Social. Dessa forma, a adesão municipal torna-se necessária para garantir a continuidade do atendimento às famílias.

Por outro lado, a Rede recebeu, com preocupação e cautela, informações sobre apostas *on-line* (“bets”), veiculadas a partir de relatório produzido pelo Banco Central do Brasil, tendo em vista que os dados divulgados envolvem também famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Prontamente, o colegiado da RFBC se reuniu de forma extraordinária no dia 30/11/2024, ressaltando sua diretriz de “não criminalização da pobreza”, publicada na Portaria MDS nº 969/ 2024.

Apontaram-se problemas quanto à regulamentação desse novo mercado de apostas eletrônicas e a necessidade de expansão do debate para além de beneficiários dos programas de transferência de renda. Para tratar desse tema, foi realizada reunião com membros da Rede, do MDS e o Banco Central no dia 18/10/2024, onde foram abordados os seguintes temas: o surgimento da demanda para o estudo; a metodologia utilizada no estudo; os dados e bases de dados utilizadas; a divulgação sem prévia comunicação e análise do estudo pelo MDS e; Acordo de Cooperação Técnica do BACEN vigente com o MDS.

Ainda sobre o tema das Bets, foram realizadas reuniões com a Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON) e a Polícia Federal (PF), ambas do Ministério da Justiça. Em reunião com a SENACON/MJ, foi abordada a possibilidade de custeio de tratamento de dependentes em jogos pelas Bets; a aplicação de restrições correlatas às aplicadas às publicidades de cigarro; a aplicação do parágrafo único do art. 9º da lei 14.790/2023 que trata sobre a publicidade abusiva e; informe de reunião com a empresa Betano pela Secretaria Nacional do Consumidor.

Em articulação com a Polícia Federal, foi discutida a possibilidade de colaboração para identificação de possível utilização de CPFs de beneficiários do PBF em crimes relacionados às Bets. Também se avançou no debate sobre a criação de um grupo de acompanhamento entre PF e MDS a ser regulado por um Acordo de Cooperação Técnica entre os dois órgãos com a previsão de cessão de dados e troca de informações, entre as pessoas que compõem o grupo, no sentido de um acompanhamento mais estreito dos casos de crimes envolvendo o PBF e o CadÚnico e a prevenção de fraudes de maneira geral. Na mesma ocasião e como exemplo dessa atuação conjunta, foi abordado o caso do município de Pacaraima/RR, onde alinhamentos entre a atuação da PF e das equipes do SUAS se faz necessário frente a situações complexas envolvendo imigrantes oriundos da Venezuela.

Considerando a participação social como fundamental para implementação das políticas públicas, a Rede Federal participou do Fórum Interconselhos, que ocorreu entre os dias 13 e 15 de novembro, em paralelo à Cúpula do G20 Social. O evento reuniu representantes de diversos con-

selhos nacionais e da sociedade civil para discutir a gestão de políticas públicas e fortalecer a democracia participativa.

Na Cúpula do G20 Social, a Rede Federal promoveu uma atividade de escuta, no dia 15 de novembro, demonstrando-se como importante instrumento de garantia de fortalecimento e do controle social do maior programa de transferência de renda brasileiro no combate à fome e à desigualdade, reforçando a importância de um acompanhamento rigoroso para políticas públicas complexas como o Bolsa Família, abrindo espaço para o diálogo com a sociedade civil, buscando fortalecer a participação popular no processo de construção das políticas sociais.

A seguir, é possível verificar as atividades que foram realizadas pela Rede Federal, entre dezembro de 2023 a dezembro de 2024, que desencadearam muitas articulações e entregas previstas em seu plano de ação de 2024.

Articulações e entregas das ações da Rede Federal

• DEZEMBRO/23

- Primeira reunião ordinária.
- Aprovação do Plano de Ação que direcionaria as atividades para o ano de 2024.

• JANEIRO /24

- Construção de metodologia interna para o desenvolvimento de atividades e de monitoramento do Plano de Ação da Rede Federal junto aos membros.

• FEVEREIRO/24

- No dia 02/02/2024, ocorreu a Primeira Reunião Extraordinária da Rede Federal de Fiscalização do PBF e do CadÚnico. A pauta do encontro incluiu as contribuições para o Plano de Ação de 2024 da Rede, com a Aprovação das Ações 4, 5, 7 e 8.
- Mapeamento das bases de dados utilizadas pelo MDS no processo de qualificação cadastral em 2024 (Ação 3).
- Análise interministerial da qualidade das seguintes bases de dados: CNIS, MEC, TCU, Receita Federal; cruzamentos com o Ministério da Saúde em análise (Ação 3).
- Articulação para criação da Unidade de Pesquisa Estratégica e Gestão de Riscos no âmbito da SAGICAD/MDS (Ação 2).
- Ampliação dos marcos fiscalizatórios nos Municípios e Estados, fortalecendo o Controle Social, especialmente com os Conselhos de Assistência Social, em diálogo com o CNAS (Ação 4 e Ação 8).

• MARÇO/24

- Aprovação do Plano de Comunicação da Rede, com a criação de marca institucional, slogan e página no sítio eletrônico do MDS (Ação 1).

- Realização de gravações e entrevistas em programas de rádios, inclusive de veiculação nacional, apresentando a Rede Federal, suas ações, princípios, diretrizes e objetivos (Ação 1).
 - Realização de reunião para alinhamento entre as assessorias de comunicação dos Ministérios integrantes da Rede Federal para conciliar a estratégia de comunicação e divulgação conjunta das Ações do Plano (Ação 1).
 - Mobilização para integração dos calendários de averiguação e auditorias entre MDS e CGU no ano de 2024 e planejamento integral de ações conjuntas em 2025 (Ação 5).
 - Debate interministerial de Petição ao TCU sobre indícios de irregularidades no processo de cadastramento e de atualização cadastral, principalmente de famílias unipessoais, no período eleitoral do segundo semestre de 2022 (Ação 6).
 - Realização de reuniões para atualização e unificação do fluxo de denúncias do PBF e do CadÚnico, em todo o Governo Federal, tanto encaminhando denúncias de irregularidades quanto identificando obstáculos à entrada no Cadastro (Ação 7).
 - No dia 27/03/2024, ocorreu a Segunda Reunião Extraordinária da Rede Federal de Fiscalização do PBF e do CadÚnico, que contou com a leitura da Portaria do MDS nº 31, que oficializa os novos membros da RFBC. Durante a reunião, também foi anunciado o lançamento do Plano de Ação de 2024, bem como a publicação da Portaria nº 969, que o aprova.
- **ABRIL/24**
- Definição de ciclos de auditorias da CGU para o ano de 2024, com maior foco em cadastros de famílias unipessoais, em conformidade com as normas estabelecidas pela Portaria MDS nº 911/2023, que trata do limite máximo municipal de atendimento de família unipessoais - 16% do total de famílias beneficiárias atendidas pelo Programa Bolsa Família (Ação 5).
 - Aderência da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON) para colaborar com a Rede Federal nas

atividades das Ações 3 e 6, através do Acordo de Cooperação nº 1/2014 firmado entre MDS e ATRICON que visa intercâmbio de dados, de informações e de conhecimento relacionados ao CadÚnico (Ação 3 e Ação 6).

- Reunião de apresentação da Rede Federal à Presidência Ampliada do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), ao Fórum Nacional de Secretários(as) de Estado da Assistência Social (FONSEAS) e ao Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (CONGEMAS), instaurando uma via de diálogo com as instâncias de deliberação e pactuação do SUAS (Ação 4 e Ação 8).
- Reunião com a Polícia Federal para discussão sobre os inquéritos que envolvem denúncias relacionadas a fraudes no Cadastro Único e no Programa Bolsa Família (Ação 7).
- Contribuição para a qualificação do CadÚnico por meio do cruzamento de dados com Sistema de Triagem de Risco para Insegurança Alimentar (TRIA) do Ministério da Saúde (Ação 3).

● **MAIO/24**

- Enviados ofícios e mensagens de *Whatsapp* aos Secretários Municipais e Estaduais de Assistência Social, aos gestores e técnicos do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família dos Estados e Municípios, apresentando a Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único e seu Plano de Ação para o ano de 2024 (exceto para Rio Grande do Sul, tendo em vista situação de calamidade pública que atingiu aquele estado) (Ação 8)
- Elaboração de documento de **“Perguntas e Respostas”** sobre a Rede Federal e envio à Ouvidoria do MDS (Ação 1).
- Protocolada Petição ao Tribunal de Contas da União, a qual trata da análise e eventuais providências adotadas em relação ao cadastramento de famílias unipessoais em municípios brasileiros, o que foi objeto de auditoria operacional daquela Corte (Ação 6).

JUNHO/24

- Articulação e alinhamento com a Controladoria-Geral da União (CGU) e a Secretaria Nacional de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGICAD/MDS) acerca dos ciclos de auditorias em 2024, que visam municípios com comportamentos atípicos no cadastramento de unipessoais, considerando a média regional e municípios de mesmo porte (Ação 5).
- No dia 11/06/24 foi realizada a Terceira Reunião Ordinária da RFBC. Nela foi realizado convite à ATRICON para colaborar com as ações 3 e 6 da Rede, foi apreciada uma requisição de informações de um deputado federal, entre outras pautas de ações em curso.
- Acompanhamento da Instrução Normativa SAGICAD/MDS N° 10, de 11/06/2024, que define as regras e os procedimentos relativos à integração entre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, o Prontuário do Sistema Único de Assistência Social e o Sistema E-SUS Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde. (AÇÃO 3).
- Agenda de atividades da Rede Federal em São Paulo, realizada nos dias 13 e 14/06/2024, com a realização de reuniões com a Secretaria Municipal de Assistência Social, a Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo, Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho de Assistência Social do Estado de São Paulo e representantes de movimentos sociais diversos. Reunião de apresentação e alinhamento com os Gestores e Coordenadores estaduais do Programa Bolsa Família e CadÚnico (Ação 8).
- Reunião por videoconferência em 18/06/2024, para apresentação da Rede Federal aos Secretários(as) Estaduais, Gestores(as) Estaduais, Coordenadores(as) Estaduais e responsáveis pelo Programa Bolsa Família e CadÚnico (Ação 8).
- Apresentação da Rede Federal na Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) em 19/06/2024 (Ação 4).
- Aprovação e publicação do **“Regimento Interno da Rede Federal”** na Terceira Reunião Ordinária.

- Elaboração de cartilha “Condutas vedadas aos agentes públicos do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único durante o período eleitoral”, em parceria com a SAGICAD, SENARC e SNAS (Ação 8).
- Enviada, em 25/06/24, resposta ao requerimento de informação de autoria do Deputado Federal Amom Mandel (CIDADANIA/AM) em que “Requer informações ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, acerca da adoção de medidas e providências para o combate à fraude em programas sociais do Governo Federal, e dá outras providências”.

• JULHO/24

- Divulgação de cartilha, por meio de ofícios, aos Secretários Municipais e Estaduais de Assistência Social, aos gestores e técnicos do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família dos Estados e Municípios, enviados no dia 4/06/2024. (Ação 8).
- Evento de lançamento da cartilha **“Condutas Vedadas”** dia 04/07/24, com a participação de representantes da Câmara Nacional de Direito Eleitoral da Advocacia-Geral da União e do Departamento de Coordenação e Orientação Jurídica da Consultoria-Geral da União (Ação 8).
- Acompanhamento da publicação da Resolução nº 162, de 31/07/ 2024, da Comissão Nacional de Assistência Social (CNAS/MDS), que aprova a proposta da Assistência Social para o exercício de 2025. (Ação 8)
- Acompanhamento, junto a ASPAR/MDS, da tramitação da PEC 383/2017 que visa estabelecer um financiamento mínimo para a assistência social (GT 2).
- Articulações com SAGICAD/MDS para o fortalecimento da rede de programas usuários do Cadastro Único (Ação 3).
- Acompanhamento da reunião conjunta das comissões do CNAS sobre a revisão da Resolução nº 15, que orienta os Conselhos de Assistência Social – CAS quanto à sua organização e ao seu funcionamento como instância de participação e de controle social do Programa Bolsa Família (PBF). (Ação 4).

● **AGOSTO/2024**

- Em agosto e setembro de 2024, foram realizadas reuniões com as Unidades de Inteligência de órgãos do Governo Federal, ocorrendo em diferentes datas: com a Polícia Federal no dia 01/08/2024, com o Ministério da Previdência Social em 22/08/2024, com a Dataprev em 29/08/2024 e, em setembro, com a Controladoria-Geral da União no dia 05/09/2024. O objetivo dessas reuniões foi subsidiar o colegiado da Rede Federal de Fiscalização, contribuindo para a estruturação de uma Unidade de Pesquisa Estratégica e Gestão de Riscos no âmbito do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). (Ação 2)
- Articulação de diálogos entre as secretarias do MDS e a DPU, no âmbito do GT1, acerca de auditoria do TCU e seus impactos nos serviços municipais de assistência social. (GT1)
- Articulações visando compreender as demandas de informações da Câmara de Coordenação e Revisão Cível da DPU acerca da inclusão das famílias unipessoais no PBF após diálogo no âmbito da ACP no 5024187-38-2024.4.04.7100/RS que desencadeou o Acordo MDS/DPU N° 1/2024 entre a DPU, MDS e a AGU, com abrangência nacional. (GT 1)
- Participação da RFBC na *live* mensal do MDS “Diálogos Bolsa Família” para apresentação a estados (16/08) e municípios (19/08) da Rede e da Cartilha sobre o período eleitoral. (Ação 8)
- Diálogos com as Secretarias do MDS para avaliar a pertinência e viabilidade de renovação de Acordos de Cooperação Técnica com o Ministérios Públicos estaduais em vigência no âmbito do Ministério. (GT 1)
- Discussão das propostas de atividades para o Grupo Técnico 2 (Orçamento, Fiscalização e Estruturação do SUAS) com o objetivo de melhor desenvolver a Ação em curso nesta Rede Federal. (GT 2)
- Início dos estudos e pesquisas preparatórias para o esboço do Plano de Ação de 2025.

- Reuniões com a Assessoria de Comunicação (ASCOM) e a Ouvidoria do MDS para tratar de um novo golpe aplicado a beneficiários do Programa Bolsa Família. O Golpe consistia no envio de uma mensagem de texto (SMS) sugerindo o acesso a um *link* malicioso, desenvolvido para realizar ataques por meio de vírus ou fraudes. Esse novo golpe originou uma série de esclarecimentos e orientações por parte do MDS, com o intuito de alertar os beneficiários do PBF sobre os riscos envolvidos. O MDS emitiu comunicados oficiais e promoveu campanhas de conscientização para informar sobre as práticas fraudulentas. (Ação 1 e 8)

SETEMBRO/2024

- Realização da Oficina Fluxo Integrado de Denúncias, em 04/11/2024, sob demanda da Rede Federal de Fiscalização do Bolsa Família (PBF) e do CadÚnico, com o objetivo de unificar o fluxo denúncias recebidas pelas diferentes secretarias propor medidas para aprimorar a qualidade das informações do MDS. O segundo passo será a criação de um fluxo unificado de recebimento de denúncias acerca do PBF e do CadÚnico no âmbito de todo o Governo Federal. (Ação 7)
- Quarta Reunião Ordinária da RFBC, em 10/09/2024. Foi enfatizado a importância de estabelecer novas agendas para atividades *in loco*, com a definição de critérios que considerem municípios prioritários. Também foi ressaltada a necessidade de ampliar o diálogo com os movimentos sociais, integrando essas entidades nas ações do Governo Federal, com o objetivo de aprimorar a comunicação e a colaboração.
- No dia 11/09/2024, foi realizada reunião do GT 2, com o objetivo de discutir as propostas de atividades para o grupo, visando aprimorar o desenvolvimento da Ação em curso nesta Rede Federal. Participaram da reunião membros da Rede Federal, da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Governança, da Assessoria Especial para Assuntos Parlamentares e Federativos, da Assessoria de Participação Social e Diversidade do Gabinete do Ministro, ambos do MDS, além de representantes do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO). (GT2)

- Reunião do Grupo de Trabalho de Redução de Litigiosidade da Rede Federal Fiscalização do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único (GT 1), com vistas a tratar sobre a Porcentagem de Famílias Unipessoais no Programa Bolsa Família e no Cadastro Único, nos moldes do Acordo MDS/DPU N° 1/2024. Na ocasião, apresentou-se os municípios críticos que extrapolam o número de 16% e a possibilidade de acompanhamento da DPU por meio das ações de interiorização da Instituição. (GT1)
- Reunião com o Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CEDESS), dia 17/09/2024, para apresentação da RFBC, suas diretrizes e ações em desenvolvimento. (Ação 1 e 8)
- Realização da Terceira Reunião Extraordinária, em 30/09/2024, com o objetivo de debater sobre as apostas esportivas *on-line* (Bets) e suas repercussões nos Programas Sociais, sobretudo, no Bolsa Família.
- Envio de comunicações oficiais sobre Bets e o possível uso indevido de beneficiários do Programa em crimes dessa natureza, às instituições como: Ministério da Justiça (MJSP), Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), Ministério da Saúde (MS), Ministério da Educação (MEC), Banco Central (BACEN), Polícia Federal (PF), Tribunal de Contas da União (TCU) e a Defensoria Pública da União (DPU).

● **OUTUBRO/2024**

- Divulgação da Rede Federal por meio do programa Fala MDS na Empresa Brasileira de Comunicação (EBC). (Ação 8)
- Envio de questionário aos Conselhos de Assistência Social, estruturada nos eixos de prevenção, fiscalização e qualificação, objetivando uma abordagem colaborativa entre as instituições para subsidiar propostas de ações para 2025. (Ação 8)
- Promoção de diálogos internos entre os Membros da Rede sobre a prospecção de Ações para o ano de 2025.
- Segunda reunião do GT 2, ocorrida em 14/10/24, em que foram discutidas estratégias para a reorganização do financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Nessa ocasião, o

coletivo se debruçou sobre a viabilidade de unificação dos IGDs, sobre a articulação com parlamentares e sobre a construção de um acordo para recomposição do orçamento do SUAS. (GT 2)

- Elaboração de relatório final acerca do processo de diálogo com as unidades de inteligência dos órgãos parceiros, consolidando as discussões, aprendizados e recomendações, no âmbito da Ação 2, de modo a subsidiar a atuação da Unidade de Pesquisa Estratégica e Gestão de Riscos no MDS. (Ação 2)
- Reunião da RFBC com o Banco Central acerca da publicação da Nota Técnica 513/2024-BCB/SECRE e seus impactos em relação aos beneficiários do Programa Bolsa Família, onde tratamos sobre o surgimento da demanda para o estudo; a metodologia utilizada no estudo; os dados e bases de dados utilizadas; a divulgação de estudos sem prévia comunicação e análise do estudo pelo MDS e; o Acordo de Cooperação Técnica do BACEN vigente com o MDS. (Ação 8)
- Articulação com a Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça, onde foi abordada a possibilidade de custeio de tratamento de dependentes em jogos pelas Bets; a aplicação de restrições correlatas às aplicadas às publicidades de cigarro; a aplicação do parágrafo único do art. 9º da lei 14.790/2023 que trata sobre a publicidade abusiva e; informe de reunião com a empresa Betano pela Secretaria Nacional do Consumidor.
- Articulação com a Polícia Federal para discutir a possibilidade de colaboração para identificação de possível utilização de CPFs de beneficiários do PBF em crimes relacionados às Bets e à prevenção de fraudes de maneira geral. Tratativas para a criação de um Grupo de Acompanhamento às denúncias relacionadas ao Cadastro Único e ao Programa Bolsa Família.

● **NOVEMBRO/2024**

- Participação no Fórum Interconselhos, realizado de 13 a 15/11/2024, no Rio de Janeiro, destacando o papel da Rede no combate à fraude e na ampliação do acesso aos programas sociais. João Paulo de Faria Santos, coordenador da Rede, ressaltou

a importância da transparência e da melhoria na fiscalização e gestão do Cadastro e PBF, alinhando-se aos objetivos do Fórum de fortalecer a participação social e promover políticas públicas intersetoriais voltadas para a redução das desigualdades sociais. (Ação 8)

- Organização de evento realizado no dia 15/11/2024, como parte do G20 Social, a Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único (RFBC) reforçando a importância de um acompanhamento rigoroso para políticas públicas complexas como o Bolsa Família. Durante o evento, foram apresentados os principais resultados alcançados pela Rede no último ano, como a implementação de novas ferramentas de análise de dados. Além disso, a Rede abriu espaço para o diálogo com a sociedade civil, buscando fortalecer a participação popular no processo de construção das políticas sociais. Participaram da agenda representantes da SNAS, SAGICAD, SENARC, CNAS e CONGEMAS. (Ação 8)
- Encaminhamento de ofício aos municípios, estados e ao Distrito Federal, com o objetivo de comunicar a publicação da Portaria MDS nº 1.030, de 7 de novembro de 2024, que estabelece o novo Termo de Adesão ao Programa Bolsa Família e ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. A adesão ao referido programa deverá ser realizada no período de 11/11/2024 a 30/06/2025. (Ação 8)
- Realização da Reunião Extraordinária da Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único, em 27/11/2024, sob a demanda de Avaliação do Plano de Ação de 2024.
- Reuniões com as áreas finalísticas do MDS para apresentar a primeira proposta do Fluxo Integrado de Denúncias. (Ação 7)
- Reunião com a Polícia Federal sobre as apostas *on-line* (“bets”) e beneficiários do Programa Bolsa Família para apresentação das principais tipologias de denúncias recebidas no MDS, como fraudes acometidas (golpes específicos; fraudes em nome do MDS; *links* maliciosos; saques realizados por terceiros; fake news;

fraudes enviadas pela Caixa; facilitações/obstáculos impostos por políticos, especialmente em período eleitoral), bem como alinhamento de pontos importantes para o tratamento dos temas. (Ação 7)

DEZEMBRO/2024

- Terceira reunião do GT 2 para avançar nas questões em pauta no grupo (IGDs, orçamento SUAS e articulação em torno de projetos de lei). (GT2)
- Envio de ofício aos Coordenadores de Bancada Parlamentar solicitando a destinação de recursos para a ação orçamentária 219G - Estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que tem como objetivo, prover, manter, incrementar e modernizar as unidades públicas da rede de serviços de Proteção Social (Básica e Especial) do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a gestão e os serviços nacionalmente tipificados do SUAS, visando a ampliação do acesso aos serviços e benefícios e a melhoria das condições de atendimento às famílias e aos indivíduos em situação de vulnerabilidade e riscos pessoais e sociais, com respeito à diversidade de públicos e territórios.
- Quarta Reunião Ordinária da RFBC, no dia 10/12/24, com a apresentação do relatório anual com a descrição de todas as atividades realizadas pela RFBC ao longo do ano de 2024.
- Discussão com a Polícia Federal sobre a criação de um grupo de acompanhamento, entre a PF e os membros do MDS, para viabilizar o monitoramento de denúncias e indícios de crimes relacionados ao Programa Bolsa Família e ao Cadastro Único por meio de um Acordo de Cooperação com o MDS.
- Acompanhamento de agenda presencial do Subcomitê Federal para Acolhimento e Interiorização de Imigrantes em situação de Vulnerabilidade (SUFAL), em Roraima, de 16 a 18/12/2024, considerando as ações conjuntas no âmbito da Operação Acolhida, com destaque para o tema do Cadastro Único.

Conclusão

O primeiro ano de existência da Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único representou um marco no fortalecimento das políticas públicas e no aprimoramento e na qualificação do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família.

Durante esse período, a Rede consolidou uma atuação colaborativa entre seus órgãos membros, que, de forma integrada, dedicaram-se ao cumprimento das oito Ações estratégicas definidas no Plano de Ação de 2024 e ao desenvolvimento das atividades conduzidas pelos dois Grupos Técnicos (GTs). Essa colaboração integrou competências e expertise, sempre com o objetivo comum de garantir a integridade e a eficiência do Programa Bolsa Família (PBF) e do Cadastro Único (CadÚnico).

Os desafios enfrentados ao longo do ano foram significativos, destacando-se o combate às fraudes e às *fake news* que colocam em risco a credibilidade e o acesso às políticas sociais. Por meio de ações estratégicas, campanhas informativas e esforços conjuntos de fiscalização, a Rede buscou não apenas mitigar esses problemas, mas também colaborar para prevenir suas reincidências, promovendo maior transparência e segurança para os beneficiários e gestores do sistema.

Além disso, é importante frisar que os trabalhos efetuados pela Rede Federal envolvem uma série de etapas meticulosas, desde o fomento, a coleta e análise de dados até o impulsionamento para a realização de auditorias e o cruzamento de informações com outras bases de dados governamentais. Esse processo minucioso permite identificar possíveis irregularidades, promover os ajustes necessários e assegurar que os recursos públicos sejam utilizados de forma justa e eficaz.

Concluímos este ano com a certeza de que os resultados obtidos são apenas o início de uma caminhada promissora. A experiência adquirida, somada ao comprometimento dos órgãos membros e à continuidade do trabalho conjunto, será crucial para enfrentar os desafios futuros e ampliar ainda mais o alcance das ações da Rede.

Com união e determinação, seguimos fortalecendo o Programa Bolsa Família (PBF) e o Cadastro Único (CadÚnico) em benefício de milhões de brasileiros, buscando assegurar que as políticas sociais cheguem a todas as pessoas que precisam.

Em suma, 2024 foi um ano de conquistas para a Rede, que, a partir do seu trabalho, contribuiu para fortalecer as políticas públicas, melhorar a gestão dos recursos públicos e assegurar que os brasileiros em situação de vulnerabilidade social continuem a ser atendidos de forma justa, eficiente e transparente. O primeiro ano de atuação da Rede é apenas o início de uma jornada que promete continuar avançando em direção a um Brasil mais igualitário e inclusivo.

Agradecimentos

Membros da Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do CadÚnico:

- João Paulo de Faria Santos, Coordenador da Rede Federal de Fiscalização
- Érica Feitosa Coêlho Marinho de Andrade, Coordenadora Suplente da Rede Federal de Fiscalização
- Clara Carolina de Sá, Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS (titular)
- Elias de Souza Oliveira, Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS (suplente)
- Márcio Fernandes Maurício, Secretaria Nacional de Renda de Cidadania – SENARC (titular)
- Edson Moreira Lima, Secretaria Nacional de Renda de Cidadania – SENARC (suplente)
- Walter Shiguero Emura, Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único - SAGICAD (titular)
- Ana Gabriela Filippi Sambiase, Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único - SAGICAD (suplente)

Pela Advocacia-Geral da União:

André Augusto Dantas Motta Amaral (titular) e Marcelo Eugênio Feitosa Almeida (suplente)

Pela Controladoria-Geral da União:

Eliane Viegas Mota (titular) e Elias Fernandes de Oliveira (suplente)

Pela Secretaria-Geral da Presidência da República:

Itanamara Guedes Cavalcante (titular) e Adelina Almeida Moreira de Araújo (suplente)

Pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos:

Miriam Barbuda Fernandes Chaves (titular) e Renan Mendes Gaya Lopes Santos (suplente)

Equipe de Apoio da Coordenação da Rede Federal:

- Adda Luisa de Melo Sousa
- Eduardo Melo Loiola
- Élen Caldas
- Graziela de Melo Mantovaneli
- Jaira da Silva Magalhães
- Kelma Mariana Espíndola de Souza
- Mikael Ricardo da Silva Rayssa Cavalcante Matos
- Renato Cardozo Castro
- Suelane Rodrigues dos Santos

Calendário Oficial de Reuniões Ordinárias e Extraordinárias

REUNIÕES ORDINÁRIAS		
Referência	Data	Pauta
1ª reunião	20/12/2023	<p>I. Apresentação das Diretrizes Gerais da Rede;</p> <p>II. Apresentação do Informe: Histórico da 1ª Rede de Fiscalização;</p> <p>III. Apresentação da Avaliação de 2023: Walter e Laís/SAGICAD trouxeram um resumo das entregas de 2023;</p> <p>IV. Apresentação e Aprovação do Plano de Ação da Rede – 2024;</p> <p>V. Criação do GT de Redução da Litigiosidade;</p> <p>VI. Criação do GT de Orçamento, de Fiscalização e de Estruturação do SUAS;</p> <p>VII. Aprovação do Calendário das Reuniões Ordinárias de Monitoramento das Ações do Plano e dos Grupos Técnicos (1) GT de Orçamento e Fiscalização do SUAS, (2) GT de Redução de Litigiosidade e (3) GT de Boas Práticas de Fiscalização.</p>
2ª reunião	05/03/2024	<p>I. Apresentação, pelos Coordenadores das Ações do Plano, das atividades previstas;</p> <p>II. Exposição, pela Assessoria de Comunicação, da identidade visual e do hotsite da Rede;</p> <p>III. Discussão sobre o acompanhamento da execução das Ações pela Coordenação da Rede;</p> <p>IV. Apresentação da proposta de Regimento Interno da Rede; e</p> <p>V. Encaminhamentos diversos.</p>

3^a reunião	11/06/2024	I. Apresentação Final do novo slogan da Rede; II. Nomeação de novo Membro – Elias Fernandes de Oliveira; III. Convite para participação da ATRICON na Rede para colaborar com as atividades das Ações 3 e 6; IV. Envio de ofício com a apresentação da Rede aos estados e municípios; V. Cronograma de auditorias MDS/CGU; VI. Petição ao Tribunal de Contas da União; VII. Recebimento do Requerimento de Informação nº 1424/2024, apresentado pelo Deputado Amom Mandel, relativo à adoção de medidas e providências para o combate à fraude nos programas sociais do Governo Federal.
4^a reunião	10/09/2024	I. Informes gerais; II. Apresentação, pelos Coordenadores das Ações, das entregas realizadas; III. Discussão e aprovação do Regimento Interno; IV. Apresentação da versão preliminar do relatório semestral da Rede; e Encaminhamentos diversos.
5^a reunião	10/12/2024	I. Apresentação do relatório anual do Plano de Ação 2024 da Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e Cadastro Único; II. Prospecção para o Plano de Ação 2025.

REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS

Referência	Data	Pauta
1^a reunião	02/02/2024	I. Subsídios recebidos e Relatorias entregue II. Debate para aprovação da Ação 4 do Plano (Contribuição e avaliação dos Termos de Adesão); III. Debate para aprovação da Ação 5 do Plano de Ação (Cronograma de Averiguações e Auditorias);

		IV. Debate sobre novas ações: - Ofícios aos municípios (Relatoria: SAGICAD); - Fluxos da Rede (Relatoria: SAGICAD).
2^a reunião	27/03/2024	I. Ação 6 do Plano da Rede: Averiguação de cadastros unipessoais; II. Petição ao Tribunal de Contas da União; III. Outros assuntos relevantes.
3^a reunião	30/09/2024	I. Apostas on-line (Bets) e o Programa Bolsa Família
4^a reunião	27/11/2024	I. Avaliação do Plano de Ação 2024

Legislação da Rede Federal

- **Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023.** Institui o Programa Bolsa Família; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto em folha de pagamento, e a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003; e revoga dispositivos das Leis nºs 14.284, de 29 de dezembro de 2021, e 14.342, de 18 de maio de 2022, e a Medida Provisória nº 1.155, de 1º de janeiro de 2023.
- **Decreto nº 11.762, de 30 de outubro de 2023.** Regulamenta a Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico.
- **Portaria nº 263, de 29 de novembro de 2023.** Designa os membros, titulares e suplentes, para compor a Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).
- **Portaria MDS nº 969, de 15 de março de 2024.** Aprova o Plano de Ação da Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).
- **Decreto nº 12.064, de 17 de junho de 2024.** Regulamenta o Programa Bolsa Família, instituído pela Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, e dá outras providências.
- **Portaria MDS nº 1.030, de 7 de novembro de 2024.** Institui os instrumentos e procedimentos necessários à adesão dos Municípios, dos Estados e do Distrito Federal ao Programa Bolsa Família e ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

Catálogo de Notícias da Rede Federal de Fiscalização



Rede Federal de Fiscalização do Bolsa Família reforça importância do controle social durante G20 Social

RFBC tem como objetivo principal garantir a correta focalização do Programa e busca identificar e prevenir fraudes, além de promover a melhoria contínua do Cadastro Único

Fórum Interconselhos debate participação social e combate à desigualdade durante a Cúpula do G20 Social

Ao longo dos três dias de evento, os participantes do Fórum Interconselhos debateram temas como a gestão participativa, a educação popular e o fortalecimento dos conselhos como espaços de diálogo entre governo e sociedade civil

Tribunais de Contas e MDS unem forças para fortalecer fiscalização da gestão do Bolsa Família

Combate às fraudes: A parceria permitirá uma atuação mais eficiente no combate às fraudes no Programa Bolsa Família, garantindo que os recursos sejam destinados às famílias que realmente precisam.

Fala MDS: Rede de Fiscalização monitora e aperfeiçoa gestão do Bolsa Família e do CadÚnico

A Rede tem como diretrizes a não criminalização da pobreza; a evolução de cruzamento de dados e ampliação das bases do CadÚnico; ações estruturantes de combate a fraudes, inclusive, cibernéticas; estruturação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nos estados e municípios e a transparência e comunicação com a sociedade.

Fala MDS: Rede de Fiscalização monitora e aperfeiçoa gestão do Bolsa Família e do CadÚnico

A qualidade e a veracidade das informações que compõem o Cadastro Único asseguram o ingresso e a permanência nos programas sociais daqueles que precisam deles

Ministro Wellington Dias defende limite zero de benefícios sociais para apostas on-line

Rede Federal de Fiscalização do Bolsa Família e do Cadastro Único realizou, nesta segunda-feira (30/09/2024), reunião extraordinária para discutir os impactos das chamadas bets

MDS cria GT para evitar uso do cartão Bolsa Família com apostas on-line (BETS)

Equipe técnica junto com a Rede Federal de Fiscalização do Bolsa Família e Cadastro Único do MDS buscam desenvolver proposta sobre o tema

Rede Federal de Fiscalização inicia tratativas para agendas em 2025

Em reunião ordinária, debateu medidas para garantir a integridade e a eficiência do Programa Bolsa Família e Cadastro Único

Rede Federal de Fiscalização realiza oficina sobre fluxo integrado de denúncias

A iniciativa teve como foco a identificação dos atores envolvidos, o diálogo sobre os fluxos existentes e suas interfaces e gargalos, entre outras ações

Bolsa Família e CadÚnico em foco: Rede Federal de Fiscalização discute condutas vedadas no período eleitoral

A importância do cruzamento de dados e do combate às fraudes cibernéticas também foram temas abordados em reunião

Governo divulga primeiro relatório da Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do CadÚnico

01/08/2024 - Documento detalha as ações realizadas no primeiro semestre e projeta os próximos passos para aprimorar o programa e o Cadastro Único

Rede Federal de Fiscalização do Bolsa Família e CadÚnico lança cartilha sobre condutas vedadas nas eleições

Publicação orienta agentes públicos durante o período eleitoral, que vai de 6 de julho até a última semana de outubro de 2024

Rede Federal de Fiscalização participa de reunião trimestral do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)

No encontro, foram apresentados o Plano de Ação de 2024, as diretrizes da Rede, grupos técnicos e os membros que a compõem

Rede Federal de Fiscalização se reúne com secretários estaduais e coordenadores do Programa Bolsa Família e CadÚnico de todo Brasil

Encontro teve como objetivo estabelecer um canal de diálogo com os gestores dos programas

Rede Federal de Fiscalização trata de desafios e oportunidades com Conselho e Secretaria de Desenvolvimento Social de São Paulo

Missões da Rede têm o objetivo de dialogar com as instâncias de controle social e auxiliar na concretização do Plano de Ação deste e do próximo ano

Missão São Paulo: Rede Federal de Fiscalização se reúne com Conselho, Secretaria e Movimentos Sociais

Durante a agenda, o Coordenador da Rede, João Paulo Santos, ressaltou a importância do trabalho conjunto entre as esferas para o sucesso da iniciativa

Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do CadÚnico aprova regimento interno

O objetivo da iniciativa é expandir programas sociais, por meio da promoção da transparência e do monitoramento das políticas públicas.

Rede Federal de Fiscalização é oficialmente apresentada aos municípios

Rede busca garantir a qualidade dos dados do Cadastro Único e o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade social aos programas sociais do Governo Federal

Relatório do Programa CGU Presente é apresentado à Rede Federal de Fiscalização do Bolsa Família e CadÚnico

Ação buscou promover avaliações colaborativas de programas federais em execução nos municípios brasileiros com foco nos cidadãos, gestores e conselheiros das instâncias de controle social

Rede Federal de Fiscalização apresenta Diretrizes e Plano de Ação ao CNAS, FONSEAS e CONGEMAS

Encontro virtual também foi uma oportunidade de alinhar ações de desenvolvimento e de assistência social

MDS lança Plano de Ação da Rede Federal de Fiscalização do Bolsa Família e Cadastro Único para o ano de 2024

Dentre os eixos de atuação está o uso de novas tecnologias, implantação de uma unidade de pesquisa, além de uma proposta de melhoria da qualidade das bases de dados

Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do CadÚnico apresenta Plano de Ação de 2024

Rede de Fiscalização lança plano estratégico para otimização do Bolsa Família e CadÚnico

Com oito ações previstas para serem realizadas em 2024, documento visa prevenir fraudes e garantir benefício aos que mais precisam

Encontro da Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do CadÚnico valida atividades do Plano de Ação de 2024

Rede busca melhorar a qualidade das informações e a fiscalização do Cadastro Único e da gestão do Programa Bolsa Família, além de atuar na prevenção de fraudes

Rede Federal de Fiscalização do Bolsa Família e do Cadastro Único aprova diretrizes gerais

Em sua Primeira Reunião Ordinária, grupo deu início ao debate sobre o Plano de Ação para 2024

Wellington Dias nomeia membros da Rede Federal de Fiscalização do Bolsa Família e do Cadastro Único

Grupo de trabalho conta com representantes do MDS, da AGU, da CGU, da Secretaria-Geral da Presidência da República e do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos

Rede Federal de Fiscalização do Bolsa Família tem primeira reunião nesta quarta-feira (29/11/2023)

Encontro servirá para nomear membros da instância de governança responsável por propor medidas para melhorar a qualidade das informações e a fiscalização do Cadastro Único e da gestão do programa social

Rede de Fiscalização do Bolsa Família e Cadastro Único é regulamentada

Decreto assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e publicado nesta terça-feira (31/10/2023), define o funcionamento do colegiado res-

ponsável por propor medidas para melhorar as informações e a fiscalização nos programas sociais

**CGU apresenta ao MDS a Rede Federal de Fiscalização, que atuará no
Bolsa Família e no Cadastro Único**

Wellington Dias recebeu na última quinta-feira (21/09/2023) o ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Vinícius Marques

• • • •
• • • •
• • • •
• • • •

Catálogo de Imagens da Rede Federal de Fiscalização

I. Reunião para Instalação da Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do CadÚnico







II. Reunião de aprovação das diretrizes da Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do CadÚnico







III. Segunda Reunião Ordinária da Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do CadÚnico





IV. Lançamento do Plano de Ação da Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do CadÚnico







V. Apresentação do Relatório do Programa CGU Presente à Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do CadÚnico







VI. Terceira Reunião Ordinária Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do CadÚnico





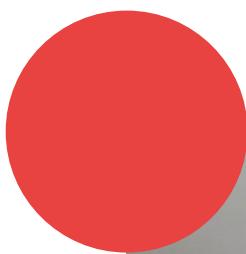
VII. Apresentação da Rede Federal ao Estado de São Paulo/SP











VIII. Oficina sobre fluxo integrado de denúncias





IX. Participação no Encontro Técnico da Rede Nacional de Informações Estratégicas para o Controle Externo – INFOCONTAS



X. Atividade Autogestionada da Rede Federal no G20 Social





XI. Apresentação da Rede Federal no Fórum Interconselhos



Fale Conosco!

**Rede Federal de Fiscalização do Programa
Bolsa Família e do Cadastro Único – RFBC**



Telefone: (61) 2030-2693



E-mail: rede.fiscalizacao@mds.gov.br



Acesse aqui e
saiba mais sobre
a Rede





REDE FEDERAL DE FISCALIZAÇÃO

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO

Políticas Sociais
para todas as pessoas
que precisam